



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Fachin recebe defesa de Mendonça contra acusação de abuso de autoridade

GUSTAVO MORENO/STF

■ O ministro André Mendonça entregou ao presidente do STF, Edson Fachin, sua manifestação na ação em que é acusado por Alexandre de Moraes de suposto abuso de autoridade, entre outras irregularidades relacionadas à condução das investigações sobre o Banco Master. O prazo para a defesa se manifestar terminou nesta segunda-feira (21/9).

■ Na defesa encaminhada a Fachin, Mendonça sustenta que atuou estritamente dentro das atribuições que possui como ministro do Supremo. Segundo o argumento apresentado, suas decisões foram tomadas de maneira responsiva às informações que chegaram formalmente ao processo, sem tentativa de se antecipar ao ritmo das apurações conduzidas pela Polícia Federal e sem qualquer intenção de interferir na atuação da corporação.

■ Um dos pontos centrais da manifestação é justamente o momento em que Mendonça tomou conhecimento dos elementos envolvendo Moraes. O ministro argumenta que somente teve acesso ao relatório produzido pela Polícia Federal dias antes de torná-lo público — portanto, posteriormente à reportagem do jornal O Globo que revelou, em março, a exis-



Mendonça sustenta que atuou dentro das atribuições que possui como ministro do STF

tência de mensagens trocadas entre Moraes e Vercaro.

■ Um ministro do STF não pode tomar decisões nos autos apenas com base em informações veiculadas pela imprensa: sua atuação precisa estar amparada em elementos formalmente apresentados pelos investigadores.

■ A argumentação também rebate a interpretação de que Mendonça teria deliberadamente retardado a divulgação das informações para fazê-las coin-

cidir com o período das manifestações de Sete de Setembro e a proximidade das eleições, como acusou o ministro Gilmar Mendes.

■ Mendonça afirma que não tinha como agir antes de receber o material da PF. Na sua versão, o intervalo entre a reportagem jornalística e sua atuação decorreu justamente do fato de que o conteúdo necessário para uma providência judicial ainda não havia chegado formalmente ao seu conhecimento.

■ A defesa procura, assim, afastar a tese de que houve atuação política ou eleitoral na condução do caso. Mendonça argumenta que suas decisões decorreram da função jurisdicional e dos elementos que estavam à disposição do gabinete. A controvérsia sobre sua conduta ganhou dimensão dentro do STF depois que Moraes pediu a abertura de investigação contra o colega, acusando-o de suposta improbidade, crime de responsabilidade e abuso de autoridade na condução das apurações.

■ Agora, caberá a Fachin analisar os argumentos apresentados por Mendonça e decidir os próximos passos. O presidente do STF poderá submeter ao plenário da Corte a possibilidade de abertura de uma investigação contra o ministro, a exemplo do procedimento adotado em relação ao próprio Moraes. Fachin, contudo, também poderá decidir individualmente pelo arquivamento do pedido caso entenda que os elementos apresentados não são suficientes para justificar a abertura de uma apuração.

■ Com a entrega da defesa, Mendonça passa agora a ter formalmente apresentado ao presidente do STF sua versão sobre a regularidade e cronologia dos fatos.

Dino exige explicações sobre R\$ 10 milhões investidos no Maranhão

■ O ministro Flávio Dino (STF) determinou que o governo do Maranhão apresente esclarecimentos sobre um investimento de R\$ 10 milhões previsto para a criação de uma base de referência do Cerrado maranhense. A cobrança ocorre em meio ao rompimento político entre o magistrado e o governador Carlos Brandão (MDB), seu ex-vice-governador.

■ Dino e Brandão governaram juntos o Maranhão antes de romperem politicamente. O atual governador foi vice de Dino e assumiu o comando do estado em 2022, quando o ministro deixou o cargo para disputar uma vaga no Senado. Desde então, os antigos aliados passaram a integrar grupos políticos distintos, em uma disputa que também envolve a sucessão estadual de 2026.

■ A determinação consta de decisão proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 743, que acompanha medidas de combate ao desmatamento e de regularização ambiental no país.

No documento, Dino aponta que o investimento de R\$ 10 milhões mencionado pelo governo estadual não foi acompanhado de comprovação documental nos autos do processo.

■ A inconsistência foi identificada pelo Núcleo de Processos Estruturais Complexos (NUPEC), responsável pela análise do plano apresentado pelo Maranhão para reduzir o estoque de cadastros ambientais rurais pendentes de análise.

■ Segundo o relatório técnico, o investimento previsto para a base de referência do Cerrado maranhense permanece sem documentação que comprove sua existência. Diante disso, o núcleo recomendou que o governo estadual apresente esclarecimentos sobre os recursos anunciados.

■ A decisão de Dino determina que as recomendações sejam integralmente atendidas pelo Maranhão, estabelecendo um novo prazo de 40 dias corridos

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



Flávio Dino é ministro do Supremo

para a apresentação das informações complementares.

■ O documento também aponta outras inconsistências no planejamento ambiental do estado, como a ausência de comprovação orçamentária para a contratação de uma força-tarefa destinada à análise de 2 mil cadastros por mês.

■ Além disso, o governo deverá apresentar informações sobre a contratação da empresa responsável pelo apoio técnico, a origem dos recursos necessários e o número de vagas que serão destina-

das à análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no concurso público previsto para 2027.

DISPUTA ENTRE DINO E BRANDÃO

■ O rompimento político entre Dino e Brandão também tem sido acompanhado por disputas judiciais envolvendo integrantes do governo maranhense.

■ Em agosto, Dino determinou o afastamento de Daniel Brandão, sobrinho do governador, da presidência do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), pelo prazo de 180 dias.

■ A medida foi adotada no âmbito de uma investigação da Polícia Federal sobre suspeitas de desvio de recursos públicos, obstrução da Justiça e fatos relacionados a um homicídio ocorrido em São Luís, em 2022.

■ Na ocasião, Carlos Brandão questionou a condução das investigações pelo STF e pediu a suspensão do inquérito relatado por Dino, sob o argumento de que a competência para investigar governadores estaduais seria do Superior Tribunal de Justiça (STJ).